

Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil

Institutionalization and trajectories of personal archives in Brazil / Institucionalización y trayectorias de archivos personales en Brasil

Renato Crivelli

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.
crivellirenato86@gmail.com

Maria Leandra Bizello

Doutora em Múltiplos Meios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade do Porto, Portugal. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Unesp, Brasil.
mleandra23@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda o desenvolvimento da institucionalização dos arquivos pessoais no cenário arquivístico brasileiro por meio da análise de processos de três instituições custodadoras: IEB, Cpdoc e Mast. Foram analisados processos administrativos de incorporação de acervos da data de suas fundações até 1999, no sentido de captar a forma de seleção praticada pelas instituições antes das publicações de suas políticas de acervo.

Palavras-chave: arquivos pessoais; institucionalização; centros de documentação.

ABSTRACT

The article covers the development of institutionalization of personal archives in the Brazilian archival scenario by means of the analysis of processes from three custodial institutions: IEB, Cpdoc and Mast. Administrative processes of collection incorporation were analyzed from the date of their foundations until 1999, with the aim of capturing the method of the selection practiced by the institutions before their collection policies were published.

Keywords: personal archives; institutionalization; manuscripts repository.

RESUMEN

El artículo aborda el desarrollo de la institucionalización de archivos personales en el escenario archivístico brasileño por medio del análisis de los procesos de tres instituciones de custodia: IEB, Cpdoc e Mast. Se analizaron los procesos administrativos de incorporación de archivos personales desde las fechas de sus fundaciones hasta 1999, a fin de capturar la forma de selección practicada por las instituciones antes de la publicación de sus políticas de colección.

Palabras clave: archivos personales; institucionalización; centros de documentación.

Introdução

O texto propõe uma reflexão a respeito da trajetória de institucionalização de arquivos pessoais no Brasil. Atualmente naturalizada, a institucionalização de arquivos pessoais corresponde, efetivamente, a uma mudança de sua natureza, ao migrar documentos pertencentes à esfera privada para o espaço público. Essa operação se dá por meio de seleção realizada por centros de documentação, pesquisa e memória para a incorporação desses arquivos pessoais a seus acervos.

A proposta aqui apresentada tem origem em pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que originou a tese de doutoramento *Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias*. O estudo foi realizado com base em pesquisa documental nos arquivos administrativos de instituições de custódia de prestígio no cenário nacional. Tomamos como exemplo três instituições: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

A escolha das instituições se deu no sentido de apresentar um cenário amostral amplo em sua diversidade, tanto jurídica e contextual quanto temática. Assim, temos como amostra três condições jurídicas e contextuais diferentes – instituição de ensino superior pública estadual (IEB); instituição de pesquisa especializada pública federal (Mast) e instituição de pesquisa e ensino privada (Cpdoc) – e áreas temáticas distintas – literatura e artes (IEB); ciências exatas e da Terra (Mast) e política (Cpdoc). Com isso, esperou-se obter um panorama amplo que contemplasse variados cenários para a institucionalização dos arquivos pessoais.

Como o objetivo da pesquisa é compreender como se deu o início da prática de institucionalização de arquivos pessoais, o recorte temporal estabelecido se inicia com a inauguração da instituição e se encerra no ano de 1999, pois, após a entrada nos anos 2000, as práticas de incorporação de arquivos pessoais por centros de documentação, pesquisa e memória passam a ser coordenadas por políticas de aquisição de acervos publicadas pelas próprias instituições. A proposta é observar os processos iniciais das institucionalizações, anteriores às publicações destas políticas.

Os arquivos pessoais no Brasil

A obra *Arquivos permanentes: tratamento documental* (2006), de autoria de Heloísa Liberalli Bellotto, teve sua primeira publicação em 1991 e logo

se tornou leitura obrigatória para a formação de arquivistas em todo o Brasil, tanto em cursos de graduação em arquivologia quanto como forma de especialização na área de arquivos. Como o próprio título indica, a obra se dedica a apresentar métodos e procedimentos de tratamento documental para arquivos permanentes, em suas variadas etapas de trabalho, sem se abster de observar o cenário arquivístico de modo crítico e amplo. Essa obra, que se propõe a ser um manual de arquivística, é organizada em três partes: Temas introdutórios; Temas centrais e Temas complementares.

Sua tônica, embora direcionada aos arquivos públicos, ou seja, à documentação produzida e recebida pelos poderes públicos em todas as suas esferas, não impede a exploração de uma visão ampliada dos arquivos. Assim, um capítulo do livro é dedicado a algo que se diferencia do eixo da discussão. Intitulado “Arquivos privados: conceituação e caracterização”, este capítulo é o último na composição da segunda parte da obra – Temas centrais.

No capítulo em questão, Bellotto busca desenvolver, do ponto de vista conceitual, uma distinção entre arquivos públicos e privados e afirma que a concepção jurídica é demasiadamente rasa e simplista ao caracterizar como privado tudo o que não é público. A partir daí, a autora segue com uma observação dos documentos privados à luz da arquivologia, baseando-se, evidentemente, nos princípios de proveniência e organicidade. O que cabe destacar deste capítulo é a segmentação feita pela autora para o conjunto dos arquivos privados.

Para Bellotto, os arquivos privados devem ser compreendidos como integrados por três diferentes categorias, a saber: arquivos econômicos, arquivos sociais e arquivos pessoais. Para compreendermos o que a autora entende por arquivos econômicos e arquivos sociais, podemos resumir os primeiros como aqueles de organizações privadas com interesses econômicos, como empresas e indústrias; enquanto que os segundos são aqueles de organizações não-governamentais sem interesses econômicos, como sindicatos e associações em geral, por exemplo (Bellotto, 2006, p. 254-256).

Para definir seu entendimento sobre os arquivos pessoais, a autora avalia:

São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (Bellotto, 2006, p. 256)

Além da visão conceitual com a finalidade de compreender o que são os arquivos privados, Bellotto também busca debater como estão estes arquivos no Brasil. Assim, a autora coloca em questão o lugar dos arquivos privados nos contextos arquivístico e preservacionista do Brasil dos anos 1980, e adverte: “Os arquivos privados ainda são, no Brasil, uma questão de ‘causa’, ainda necessitam que ‘levantem bandeiras’. [...] é preciso conscientizar, integrar e institucionalizar” (p. 259).

As reflexões apresentadas nesse capítulo dedicado aos arquivos privados encerram a parte “Temas centrais” do livro. Na sequência, tem início a terceira parte da obra, denominada “Temas complementares”. O primeiro capítulo dessa parte final do livro é dedicado especificamente ao debate sobre os arquivos pessoais e leva o título de “Arquivos pessoais como fonte de pesquisa”. Para nossa análise aqui, não consideraremos tanto o conteúdo e a discussão levantados por Bellotto no desenvolvimento desse capítulo, mas sim sua localização na obra.¹

A presença de capítulos dedicados aos arquivos privados e, especificamente, aos arquivos pessoais, demonstra que *Arquivos permanentes: tratamento documental* não é uma obra que objetiva atender exclusivamente ao trato dos arquivos públicos, mas também lançar olhares sobre o cenário arquivístico coetâneo. Assim, podemos perceber que a temática dos arquivos pessoais recebeu um lugar associado à complementaridade desse cenário, junto a outros capítulos que abordam temas como a memória na documentação administrativa, a microfilmagem de documentos históricos e o papel social do arquivista na contemporaneidade. De qualquer modo, deve ser destacado o mérito da autora em trazer a questão dos arquivos privados e dos pessoais em uma época em que tal categoria de arquivos se mostrava incipiente.

A localização tangencial dedicada aos arquivos pessoais se coloca como um dado capaz de demonstrar qual era a impressão da arquivologia sobre tal categoria de arquivos à época do lançamento da obra. Essa observação faz jus ao manifesto anteriormente apresentado pela autora ao colocar a situação dos arquivos privados como uma “questão de causa” que demanda conscientização, integração e institucionalização. Além da localização na obra, o título do capítulo dedicado aos arquivos pessoais ratifica a situação ao tomar como objetivo a demonstração das potencialidades investigativas e utilitárias que cabem a tais arquivos.

¹ Não há aqui qualquer descrédito às análises desenvolvidas pela autora neste capítulo de seu livro. Apenas é interesse para nossa leitura, nesse momento, dedicar mais atenção à forma do texto do que ao conteúdo.

Bellotto nos apresenta uma reflexão muito relevante na “Introdução à 2ª edição” da obra:²

Passados mais de dez anos, desde a sua finalização em 1988 e a sua publicação em 1991, este livro é uma obra datada. [...] fazendo com que seu conteúdo de alguma forma tivesse ficado ‘congelado’ dentro da bibliografia e do saber arquivístico anteriores aos anos 1990. (2006, p. 17).

Essa observação da autora é fundamental para compreendermos a obra em questão não apenas como um manual, mas também como um relato sobre a arquivologia brasileira em um período específico de tempo. E é esse o ponto que nos interessa.

A partir dessa observação, podemos perceber que no começo dos anos 1990 os arquivos pessoais contavam com um locus pouco sólido, o que demandava a necessidade de afirmação de sua importância, tanto na área preservacionista quanto na arquivologia brasileira. Mesmo a arquivologia, como área de conhecimento, se encontrava em processo de consolidação, contando ainda com poucos cursos de graduação no país.³ Assim sendo, com escassos espaços universitários dedicados à pesquisa no campo, a quantidade de estudos que visassem questionar a área e suas práticas, propor caminhos e rever conceitos ainda não atendia a todo o espectro que envolve o campo dos arquivos. Nesse cenário, atenção deve ser dada às instituições que se dedicavam a trabalhar diretamente com os arquivos pessoais, tanto no sentido de aprimoramento dos tratamentos técnico e metodológico, quanto na busca de afirmação de sua importância social.

Diante da falta de diretrizes de alcance nacional para o trabalho com os arquivos pessoais e com a proposta de fundamentar suas atividades metodológicas no que tange à organização desses arquivos, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborou em 1980 um manual de procedimentos técnicos para a organização de arquivos privados. Sua quarta versão, oficialmente publicada pela Editora FGV em 1998 (Cpdoc, 1998), constitui uma das primeiras referências na área especificamente direcionada ao tema dos arquivos pessoais no país (Gonçalves, 2007).

² A segunda edição de *Arquivos permanentes: tratamento documental* foi publicada em 2003.

³ Em 1990 é inaugurado o quarto curso de graduação em arquivologia no Brasil, na Universidade de Brasília. Antes dele, havia um curso no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e dois no Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Em 1997, no ano anterior à publicação do manual de procedimentos técnicos do Cpdoc, esse mesmo centro de pesquisa e documentação, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), organizou e sediou o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, um evento de considerável impacto nos debates sobre o tema no país. Os debates promovidos por esse evento foram compilados e organizados como número da revista *Estudos Históricos*, editada pelo Cpdoc, no ano seguinte (Fraiz, 1998). Por muito tempo, essa edição do periódico, que reuniu 13 textos de renomados pesquisadores das áreas de arquivologia, história e ciências sociais, foi a única referência bibliográfica de peso que se teve no Brasil para pensar e refletir sobre os arquivos pessoais.⁴

Esse número da revista *Estudos Históricos* – volume 11, número 21 –, conta com textos de intelectuais brasileiros e estrangeiros, como Philippe Artières, Renato Janine Ribeiro, Contardo Calligaris, Priscila Fraiz, Ulpiano T. Bezerra de Menezes, Christophe Prochasson, Ângela Maria de Castro Gomes, Terry Cook, Ariane Ducrot, Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Madalena A. de M. Machado Garcia, Célia Maria Leite Costa e Heloísa Liberalli Belloto. A pluralidade objetivada na seleção dos nomes garantiu como extrato a visão multidisciplinar sobre esse objeto pouco estudado no Brasil.⁵

Esse panorama evidencia o arquivo pessoal como objeto de interesse de duas áreas: história e arquivologia, sendo que a maior parte dos textos dessa publicação é originada no âmbito da primeira.⁶ O ponto de vista historiográfico, portanto, é predominante nessa primeira grande

4 Com exceção de alguns poucos casos pontuais, como a dissertação de mestrado defendida por Priscila Fraiz, em 1994, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o título *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*, convertido em artigo publicado na mencionada edição de 1998 da *Estudos Históricos*. Durante a década de 1980, constatamos a ocorrência de dois textos publicados por Ana Maria de Almeida Camargo, intitulados “O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos” e “Arquivos pessoais: uma proposta de descrição”, ambos publicados em 1988, no volume nove da revista *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

5 Os textos são organizados em dois blocos denominados “Escrita de si/escrita da história”, destinado a reunir aqueles que objetivem debater os arquivos pessoais como espaços de memórias – individuais e coletivas – e fontes para o fazer historiográfico, e “O espaço do arquivo”, voltado a questões mais propriamente arquivísticas, como a classificação, a diplomática, a legitimidade dos arquivos pessoais no ambiente do arquivo e, sobretudo, as decorrências da incursão de arquivos pessoais no espaço público.

6 Dos 13 nomes relacionados na publicação, cinco são de pessoas com carreira profissional dedicada aos estudos e à organização de arquivos, mesmo que suas formações acadêmicas provenham de outras áreas: Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto, Ariane Ducrot, Terry Cook e Maria Madalena Arruda de Moura Machado Garcia.

publicação brasileira dedicada aos arquivos pessoais. Com essa configuração, há um direcionamento que resulta em privilegiar a promoção dos valores históricos e a qualidade de fonte de interesse para o desenvolvimento de estudos historiográficos, em detrimento da exploração de debates que foquem a conceitualização dos documentos pessoais como efetivos fundos de arquivo. Evidentemente, o recorte historiográfico encontra respaldo tanto no escopo editorial da revista em questão, dedicada a questões da história e das ciências sociais, quanto no perfil das instituições organizadoras do evento.

A partir dessa observação, é interessante lançarmos um olhar sobre as temáticas abordadas nos textos que compõem a publicação, agora com destaque para os trabalhos organizados no bloco “O espaço do arquivo”. Dos seis textos que o compõem, dois são dedicados à questão da privacidade e dos conflitos originados da transposição de documentos pessoais – privados – para o espaço público, enquanto os demais trabalhos tratam de classificação, diplomática, formação de memórias e teoria arquivística. A existência dessa preocupação, demonstrada nos textos, indica o deslocamento dos espaços e domínios dos arquivos pessoais do âmbito privado ao público como desafio que não deve ser contornado e remediado, mas encarado e debatido. A intimidade é considerada elemento característico e constituinte – da maioria – dos arquivos pessoais, em certos casos podendo ser até mesmo aquilo que o justifica como tal; seu lugar no espaço público é o problema.

As problemáticas que envolvem a questão de intimidade na transposição dos documentos pessoais daqueles ambientes domésticos e privados para os espaços públicos, mais do que um problema original, é uma consequência de novas manifestações na historiografia. Letícia Borges Nedel avalia:

A chave do deslocamento [do privado ao público] me parece estratégica. Ela se aplica particularmente bem ao que talvez seja a maior singularidade dos conjuntos pessoais em relação a outros tipos de configuração documental: uma situação de fronteira – como toda fronteira, móvel – entre a casa e a rua, entre o individual e o coletivo, entre a memória e a história, entre os arquivos e as coleções. (Nedel, 2013, p. 132)

A consideração de Nedel encontra fundamento em um movimento de renovação dos fazeres historiográficos em geral, do qual a historiografia brasileira não se isentou. Reconhecer nos arquivos pessoais potencialidades de fontes para a pesquisa histórica é algo datado e a referida edição da

revista *Estudos Históricos* de 1998 não ignorou esse movimento. Nela, a historiadora Ângela de Castro Gomes publicou o texto “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”, no qual enfatiza que:

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática, incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história”. (Gomes, 1998, p. 122)

Ao apontar um processo de renovação historiográfica, Gomes refere-se à estruturação daquilo que passou a ser reconhecido como “história cultural” ou “nova história”. O movimento em questão, que objetivou criticar os métodos utilizados pelos historiadores das ideias, fortaleceu a imagem dos indivíduos como sujeitos históricos e, conseqüentemente, converteu-os em peças fundamentais para a compreensão dos cenários que a área procura explorar.

A *história cultural* que, *grosso modo*, vai sendo proposta a partir desse longo esforço de reflexão e aprendizado, se quer distinta porque recusa fundamentalmente a “expulsão” do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações. Ao fazê-lo, essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual e entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos, mas que, em função da reação que representa, inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo. Por repensar modelos macro-históricos e por considerar a “experiência” dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, essa história cultural floresceu em grande parte associada a uma mudança na escala de trabalho do historiador, vale dizer, associada à micro-história. (Gomes, 1998, p. 123, grifos da autora)

Além de Ângela de Castro Gomes, esse mesmo entendimento é exposto por Christophe Prochasson (1998), Luciana Heymann (2012) e Leticia Borges Nedel (2010; 2013), entre outros, e todos concordam em concentrar esse período de renovação da prática historiográfica, com maior

intensidade, a partir da década de 1970. Esse movimento, avalia-se, pode ser considerado como a principal tônica que guiou o desenvolvimento dessa primeira publicação dedicada aos arquivos pessoais, assim como o evento que a precedeu.

Podemos considerar que a custódia de arquivos pessoais por parte de centros de documentação e pesquisa no Brasil encontra na história cultural uma grande influência, responsável por impulsionar a preocupação com a preservação desses conjuntos arquivísticos. Mais fôlego é dado a essa questão ao considerarmos que as primeiras instituições arquivísticas brasileiras contaram com corpo profissional formado por profissionais de áreas como história e ciências sociais, entre outras, responsáveis por dar a tônica que essas organizações seguiriam.

Esse período também é reconhecido como um tempo de considerável expansão da quantidade de centros de documentação, pesquisa e memória no Brasil. A partir dos anos 1960 evidencia-se a criação de muitos desses espaços, não exclusivos, mas, em grande medida, dedicados à preservação de arquivos pessoais.⁷ Esses locais, majoritariamente vinculados a centros universitários e de pesquisas, originados de projetos com temáticas e objetivos variados, proporcionaram mais fôlego para os movimentos preservacionistas, ao mesmo tempo em que impulsionaram a valorização dos arquivos pessoais nos ambientes investigativos. Do mesmo modo, a consolidação da história cultural na historiografia brasileira pode ser compreendida como um elemento catalisador para a valorização e preservação dos arquivos pessoais no Brasil, mas não sua única causa.

Nas visões de Paulo Knauss (2009) e Yara Khoury (2005 apud Cruz; Tessitore, 2010), a justificativa para o movimento de criação de centros de documentação, pesquisa e memória a partir do final da década de 1960, com maior intensidade na década de 1970, encontra-se em outro fator,

7 Podemos destacar o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), criado em 1962, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB), criado em 1972, o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL) e o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), criados em 1973, o Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas (Unicamp), criado em 1974, o Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic/PUC-SP), criado em 1980, o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio, de 1984, o Centro de Memória da Unicamp, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia (Cdhis/UFU) e a Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), todos criados em 1985, o Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), criado em 1987, apenas para citar alguns exemplos. Ver: Knauss (2009).

com maior entonação social. Realizados especialmente nos âmbitos de universidades e centros de pesquisa, ou seja, ambientes de reflexão e desenvolvimento científico, esses projetos assumiram a forma de redutos de memórias múltiplas em um período em que o acesso à informação era limitado.

Em 1964, o governo brasileiro é tomado por um golpe militar que introduziu o país em um regime de exceção pautado pela repressão e pelo esfacelamento de direitos civis. Em meio a esse cenário político, medidas de controle social passam a ser aplicadas, entre as quais destacamos o controle e a censura a fontes de informação, com uma política de segredo que passa a ser utilizada como forma de manutenção de poder. É nesse contexto que emergem os centros de documentação e memória como instrumentos sociais responsáveis por auxiliar no processo de construção e manutenção da(s) memória(s) nacional(ais).

a emergência dos centros de documentação universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão. (Khoury, 2005 apud Cruz; Tessitore, 2010, p. 428)

Frente a um período em que o Estado assume um papel de repressão e de limitação de direitos, incluídos aí o controle das memórias e das identidades nacionais, a ideia de democratização da informação passa a assumir importância central. Qualquer forma de ação que venha no sentido de reforçar os princípios democráticos de um povo reprimido e garantir, de algum modo, a permanência de suas memórias e suas identidades frente a um movimento político reformulador de todos os valores coletivos se caracteriza como prioridade.

Representantes de memórias materializadas em suportes duráveis, os arquivos tomam lugar de destaque, em função de seus potenciais informacionais, em um cenário com essa configuração. “Assim, os arquivos exercem papel importante, especialmente, no campo dos direitos de quarta geração, em especial, o direito à informação, à cultura e à memória” (Knauss, 2009, p. 11).

A capacidade dos arquivos de manterem informações referentes a acontecimentos que movimentaram e animaram as sociedades ao longo dos tempos faz com que esses espaços assumam o significado de mananciais de memórias dos povos. A preservação dessas memórias pode acontecer de formas variadas, inclusive por meio da salvaguarda e preservação de arquivos considerados simbólicos para uma determinada coletividade. Essa prática encontra-se presente em praticamente todas as sociedades conhecidas e afetadas pelos princípios da modernidade.

Embora muito se fale sobre os arquivos públicos como principais produtos dessas sociedades, com os arquivos pessoais não é diferente. Os documentos acumulados por pessoas físicas guardam em si a capacidade de testemunhar não apenas por seu detentor, mas também pela sociedade na qual ele se insere. É sob essa perspectiva que os arquivos pessoais ganham destaque também nesse momento sensível.

A já mencionada reorganização da prática historiográfica, que fundou a chamada “nova história”, é um dos exemplos de como os arquivos pessoais podem ser entendidos como fontes de informação e de memória. Além desse movimento, podemos citar outros instrumentos que incluem os arquivos pessoais no mesmo status memorial e informacional que extrapola o indivíduo e atinge a coletividade.

No Brasil, a lei n. 8.159, de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, foi responsável por instalar, do ponto de vista legal, algumas definições muito caras à arquivologia brasileira. Entre suas novidades, a lei estabelece a declaração de interesse público e social, por meio da qual arquivos privados considerados relevantes para o contexto histórico e social nacional podem ser declarados como de interesse coletivo. Trata-se de uma chancela simbólica e legal que demonstra a relevância daquela documentação para a sociedade. Dentre os arquivos privados que receberam essa declaração, alguns são arquivos pessoais.⁸

Podemos ainda citar o Programa Memória do Mundo, coordenado pela United Nations for Education, Science and Culture Organization (Unesco), que conta com um comitê nacional, responsável por inscrever, na lista dos patrimônios documentais nacionais, conjuntos documentais considerados relevantes para a preservação da história social do Brasil. Desde

⁸ Embora esse instrumento tenha sido previsto já na Lei de Arquivos, sua primeira inscrição aconteceu apenas em 2004, com a declaração do arquivo pessoal de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Desde então, foram também declarados como de interesse público e social os arquivos pessoais de Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer, Abdias Nascimento, Cezar Lattes, Paulo Freire e Dom Lucas Moreira Neves (Conarq, 2020).

seu primeiro processo de seleção, em 2007, até 2018, o Comitê Nacional do programa Memória do Mundo foi responsável por inscrever quase trinta arquivos pessoais na lista do patrimônio documental brasileiro (Comitê, 2020).⁹

As ações promovidas no sentido de declarar o interesse coletivo e o valor patrimonial sobre documentos de pessoas físicas e, consequentemente, garantir sua preservação com base em sua relevância para a memória, a identidade e a história coletivas estão pautadas no trabalho iniciado no final dos anos 1960. A iniciativa desses centros de documentação e memória, em sua maioria universitária, mas também de outras instituições de pesquisa, pode ser considerada como a base para o que hoje vigora no Brasil, em termos práticos e legais, a respeito da valorização dos arquivos pessoais e sua preservação.

Institucionalizações dos arquivos pessoais

Os centros de documentação, pesquisa e memória criados a partir do final da década de 1960 no Brasil trouxeram para o cenário arquivístico nacional uma renovação daquilo que se entendia por arquivos históricos, sobretudo por aumentarem a capacidade nacional de preservação da documentação histórica. Sem esses centros, a preservação da documentação histórica e o acesso à consulta pública dependeriam fundamentalmente de ações promovidas por arquivos públicos, como o Arquivo Nacional e os arquivos estaduais, embora suas responsabilidades básicas não sejam direcionadas à preservação de arquivos pessoais, mas sim àqueles documentos produzidos pela administração pública, na esfera que representam.

Mais do que promover a preservação de arquivos pessoais, os centros de documentação, pesquisa e memória foram responsáveis por trazer um modo de pensar esses arquivos. Isso significa dizer que as ações de preservação promovidas por essas instituições foram também responsáveis por estabelecer certas linhas gerais que conduziram à prática, hoje naturalizada, de institucionalização desses arquivos. Isso porque a preservação de documentos é, necessariamente, um trabalho de escolha e, consequentemente, um ato político.

⁹ A relação completa de conjuntos documentais inscritos na lista do Patrimônio Documental do Brasil pode ser conferida em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>. Os processos de seleção realizados pelo Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo foram realizados anualmente de 2007 a 2018. Os anos de 2019 e 2020 não contaram com editais de seleção.

Trata-se de um trabalho de escolha, pois a impossibilidade de se preservar a totalidade de documentos produzidos é uma realidade e demanda um processo de seleção que, invariavelmente, culmina na permanência de determinados documentos e na exclusão de outros. A função arquivística da avaliação de documentos existe justamente para viabilizar esse trabalho de seleção, porém aplica-se a arquivos institucionais e não apresenta função no âmbito dos arquivos pessoais, recaindo a responsabilidade, em primeira instância, ao titular, e em segunda instância, à instituição de custódia que aceitará ou não preservar a documentação em questão.

É também ato político, pois ao mesmo tempo em que se pratica uma seleção fundamentada em critérios vários, define-se também o que será mantido e o que não será. Aos documentos preservados, garante-se o tratamento documental e a abertura para acesso público. Os não selecionados são relegados à falta de tratamento especializado e à inviabilidade de abertura para acesso. Significa dizer, do ponto de vista de busca por elementos constituintes de memórias coletivas, estabelecer aquilo que será lembrado e o que será esquecido. Já do ponto de vista da pesquisa historiográfica, significa acesso facilitado, por meio de divulgação especializada e condições técnicas e sanitárias para a consulta; ou obstaculizado, por todas as implicações trazidas pela guarda doméstica de documentos.

De modo a estabelecer critérios para o seu processo de institucionalização, muitos dos centros de documentação, pesquisa e memória passaram a adotar políticas de acervo, responsáveis por proporcionar mais transparência e objetividade na seleção dos arquivos que custodiarão no futuro. No entanto, o desenvolvimento e implantação dessas políticas são relativamente recentes, ganhando mais fôlego nos debates arquivísticos apenas no início dos anos 2000. Assim, aquelas instituições criadas nas décadas de 1970 e 1980 desempenharam suas atividades de seleção por vinte ou trinta anos sem o apoio de políticas que orientassem esse trabalho.

Um olhar sobre os processos de incorporação de arquivos pessoais por algumas dessas instituições pode nos trazer elementos de avaliação a respeito da mentalidade da época, que serviu de base para o estabelecimento da atual situação dos arquivos pessoais.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Criado em 1962, na estrutura da Universidade de São Paulo (USP), por iniciativa do professor e historiador Sérgio Buarque de Holanda, o IEB se

configura como uma grande brasileira constituída por várias brasileiras, além de ser um *area studies center*.¹⁰ Como tal, suas ações devem fundamentar-se em dois âmbitos de atuação: o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e a acumulação de materiais e fontes de pesquisa a respeito da área definida. No caso do IEB, o Brasil.

Embora a preservação de arquivos pessoais não tenha sido o objetivo principal na idealização do instituto, ao longo de sua atuação o IEB se destacou por constituir um grande acervo com documentação de personalidades com reconhecido destaque, sobretudo no âmbito das artes. Atualmente, a estrutura do IEB conta com três setores de acervos, denominados “ABC do IEB”: arquivo, biblioteca e coleção de artes visuais.

O arquivo surgiu em 1968, integrado à biblioteca. O crescimento do acervo, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, motivou sua criação como setor independente, a partir de 1974, com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, visando oferecer fontes primárias para pesquisa. (IEB, 2010, p. 18, grifo do autor)

As atividades do arquivo do IEB têm início com a aquisição do arquivo pessoal do escritor paulistano Mário de Andrade, após sugestão feita pelo professor Antonio Candido de Mello e Souza. Sociólogo e crítico literário, Antonio Candido é uma figura emblemática no âmbito da intelectualidade brasileira, sendo considerado, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Gilberto Freyre, entre outros, um dos grandes intelectuais que se dedicaram à interpretação do Brasil.¹¹ Professor da USP e vinculado ao IEB, Antonio Candido apresenta, em carta de 3 de outubro de 1966 direcionada ao diretor, professor doutor José Aderaldo Castello, o interesse de criar, na estrutura do instituto, um “Centro de Estudos sobre o Modernismo”. O professor justifica:

Basicamente, o centro deveria reunir documentação que possibilite aos estudiosos, nacionais e estrangeiros, investigar um movimento decisivo em nossa vida contemporânea, aproveitando as oportunidades que ainda existem, por

¹⁰ “Um *area studies center* corresponde a órgão universitário especializado no estudo de uma ou mais regiões – países, continentes, sub-regiões, etc., fundamentado na multidisciplinaridade. Comumente, em um *area studies center* encontram-se acervos variados referentes à região por ele estudada e pesquisadores de várias disciplinas especializados no estudo da mesma, promovendo cursos, edição de livros e periódicos, exposições etc. alusivos à região de sua especialidade” (Caldeira, 2002, p. 23).

¹¹ Ver: Pericás e Secco (2014).

estarem vivos, ou recentemente mortos, alguns dos principais protagonistas do mesmo.¹²

Ao sugerir a criação de um espaço dedicado às letras no âmbito do Instituto de Estudos Brasileiros, Antonio Candido imediatamente indica a aquisição do arquivo pessoal de Mário de Andrade:

A este propósito, tomo a liberdade de fazer uma segunda sugestão, para a qual desejaria chamar a atenção esclarecida do conselho, a saber: que o mesmo estude a possibilidade de incorporar ao seu patrimônio o magnífico acervo constituído em vida por esse eminente escritor e homem público, composto de biblioteca com cerca de 15 mil ou 16 mil volumes, arquivo e fichários, preciosas coleções de desenhos, gravuras, imagens, ex-votos, quadros e esculturas. O conjunto se encontra ainda intacto e zelosamente custodiado por sua família na própria casa em que residiu, constituindo um elemento inestimável para o estudo não apenas da formação do líder do modernismo, mas de todo este movimento. Lá se encontram amostras dos traços que definiram a fisionomia espiritual de ambos, desde os folhetos populares e os ex-votos ingênuos até as revistas francesas de vanguarda e as edições originais dos surrealistas, ao lado de obras de grandes artistas europeus e brasileiros, como Picasso, Lhote, Derain, Portinari, Di Cavalcanti, Segall, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Guignard etc.¹³

Dois anos depois, em 1968, conclui-se o processo de aquisição do arquivo pessoal de Mário de Andrade e a documentação ingressa no IEB, dando início às atividades do instituto no sentido da preservação de arquivos pessoais e disponibilização para pesquisas acadêmicas. Desde então, o IEB passa a integrar ao seu acervo outros arquivos pessoais de literatos, artistas e intelectuais de diversas áreas, sem que houvesse critérios claramente estabelecidos para a incorporação, embora seja possível perceber alguns traços gerais.

Entre 1968 e 1999, além de Mário de Andrade, consagrados nomes da literatura tiveram seus arquivos custodiados pelo IEB, como Oswald de

¹² IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 67.1.107.31.8, f. 9-10. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Mário de Andrade. 1967.

¹³ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 67.1.107.31.8, f. 9-10. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Mário de Andrade. 1967.

Andrade,¹⁴ Guimarães Rosa,¹⁵ Graciliano Ramos,¹⁶ Osman Lins,¹⁷ entre outros. Destes, Oswald de Andrade e Guimarães Rosa, além de Mário de Andrade, tiveram como interlocutor o professor Antonio Candido, todos em função de sua proximidade com os titulares e também por conta de pesquisas anteriormente desenvolvidas por orientandos de pós-graduação.¹⁸ Graciliano Ramos, por sua vez, contou com o intermédio do professor José Aderaldo Castello, pesquisador do autor. Já o arquivo de Osman Lins foi doado por iniciativa de sua esposa, Julieta Godoy Ladeira,¹⁹ escritora cujo arquivo pessoal também integra o acervo do IEB. Ainda na linha do modernismo, vale destacar a incorporação, em 1989, do arquivo pessoal da pintora Anita Malfatti,²⁰ viabilizada pela atuação da professora Marta Rossetti Batista, uma das principais referências nos estudos sobre a vida e obra da pintora. Pouco depois da doação do arquivo de Anita Malfatti, Batista assume a vice-direção do IEB, no período de 1990 a 1994, e a direção na gestão seguinte, de 1994 a 1998.

Além dos casos em que pesquisadores são responsáveis pela condução das negociações que resultam na entrada de arquivos no acervo do instituto, há também situações em que as iniciativas são dos próprios titulares dos arquivos ou de seus herdeiros diretos. Podemos apresentar Fernando de Azevedo,²¹ Theon Spanudis,²² Raul de Andrada e Silva²³ e Julieta Godoy

¹⁴ IEB. Fundo IEB. 001-03-0015, f. 91-97.

¹⁵ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 72.1.35794.1.5. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Guimarães Rosa. 1972.

¹⁶ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 81.1.2728.1.2. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Graciliano Ramos. 1991.

¹⁷ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.407.31.5. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Osman Lins. 2010.

¹⁸ Destacamos duas pesquisas realizadas com base nessa documentação antes de sua entrada no arquivo do IEB. A dissertação de mestrado da professora doutora Telê Aparecida Porto Ancona Lopez, defendida em 1967, com título “O se-sequestro da dona ausente: reconstrução de um estudo de Mário de Andrade a partir de suas notas de leitura”, um ano antes da entrada do arquivo de Mário de Andrade no IEB; e a tese de doutorado de Suzi Frankl Sperber, intitulada “Signo e sentimento: estudo de algumas leituras espirituais de João Guimarães Rosa e de seus reflexos em sua obra”, defendida em 1972, mesmo ano em que a documentação do autor foi integrada ao IEB.

¹⁹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.406.31.9. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Julieta de Godoy Ladeira. 2010.

²⁰ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2008.1.270.31.7. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Anita Malfatti. 2008.

²¹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 70.1.4263.1.6. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Fernando de Azevedo. 1970.

²² IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 87.1.14255.1.2. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Theon Spanudis. 1987.

²³ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2006.1.211.31.9. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Raul de Andrada e Silva. 2006.

Ladeira como exemplos de arquivos doados pelos titulares ou deixados em legado ao instituto, enquanto Fernando Mendes de Almeida,²⁴ Freitas Valle,²⁵ Ernani Silva Bruno,²⁶ Pierre Monbeig,²⁷ Waldisa Russio Camargo Guarnieri,²⁸ John Wilson da Costa,²⁹ Afrânio Zuccolotto³⁰ e Yolanda Mohaly³¹ representam casos de doação espontânea por parte de herdeiros.

É interessante pontuar que, nos processos de incorporação dos arquivos mencionados, não é comum encontrar relatórios ou outros instrumentos de avaliação dos potenciais investigativos da documentação. Seja para titulares amplamente reconhecidos, como nos arquivos de grandes artistas, quanto para aqueles nomes de menor proeminência, o que determinava a possibilidade de incorporação do arquivo encontra-se na temática abarcada pela documentação.

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (Cpdoc/FGV)

O Cpdoc é criado em 1973, por iniciativa da socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, em função da constante demanda por pesquisas na documentação acumulada por seu avô, Getúlio Vargas. O arquivo pessoal do ex-presidente do Brasil foi mantido sob custódia da família após sua morte, em 1954, em especial sob cuidados de sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Na década de 1960, a família passa a receber constantes solicitações de acesso ao arquivo, sobretudo por parte de pesquisadores estrangeiros que estudam o Brasil, os chamados *brasilianistas*.

ção do acervo Raul de Andrada e Silva. 2006.

²⁴ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.396.31.3. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Fernando Mendes de Almeida. 2010

²⁵ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.395.31.7. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Freitas Valle. 2010.

²⁶ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 90.1.73.31.0. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Ernani Silva Bruno. 1990.

²⁷ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 89.1.57318.1.8. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Pierre Monbeig. 1989.

²⁸ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 92.1.34.31.6. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. 1992.

²⁹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.394.31.0. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo John Wilson da Costa. 2010.

³⁰ Afrânio Zuccolotto não conta com processo de doação no arquivo administrativo do IEB.

³¹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.398.31.6. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Yolanda Mohaly. 2010.

Responsável pela custódia da documentação, a herdeira, Alzira Vargas, passa a atender as solicitações e oferecer acesso aos documentos acumulados por Getúlio Vargas na sala de jantar de sua casa (Nedel, 2010; 2013). Em 14 de julho de 1973, Alzira Vargas encaminha ao presidente da Fundação Getúlio Vargas, Luís Simões Lopes, carta na qual informa sobre a doação do arquivo do pai. Nela, a herdeira aponta a demanda por pesquisas anteriores à doação:

Embora nunca me tenha negado a proporcionar aos estudiosos de nossa história o manuseio desses papéis, sou a primeira a reconhecer que são inúmeros os empecilhos que dificultam o acesso a esse farto documentário. Colocando-os ao alcance das vistas dos interessados, creio estar colaborando melhor para o esclarecimento das gerações presentes e futuras do que guardando-os em meu poder. [...]³²

O Cpdoc é criado, portanto, com o objetivo inicial de abrigar o arquivo pessoal de Getúlio Vargas, mas não se limita a ser um espaço memorial ao ex-presidente.³³ O arquivo de Vargas seria apenas o capital inicial para que uma instituição com o objetivo de promover pesquisas na área das ciências políticas pudesse constituir, ao mesmo tempo, um acervo sólido e capaz de proporcionar acesso facilitado a fontes que subsidiassem suas investigações.

Após o ingresso do arquivo de Vargas, o acervo do Cpdoc cresce exponencialmente. Ao final do seu ano de fundação, 1973, contava com seis arquivos pessoais. Ao completar dez anos de atividade, em 1983, o acervo ultrapassou a marca dos cem fundos de arquivos pessoais e encerrou o ano de 1999 com 144 fundos pessoais, entre os quais os de outros ex-presidentes da República como Café Filho, Venceslau Brás, João Goulart, Eurico Dutra e Ernesto Geisel.³⁴ Atualmente, já são mais de duzentos fundos custodiados pelo Cpdoc.

³² FGV. Cpdoc. Fundo Avap. gv acgv 1973.07.14. Carta de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Luís Simões Lopes. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1973.

³³ Ainda na carta de doação, Alzira Vargas enfatiza a existência de outros arquivos pessoais relevantes para a pesquisa histórica: “À guisa de sugestão, mais do que uma decorrência desta entrega, lembro que existem separados em todo o país ou guardados em arcas familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes” (FGV. Cpdoc. Fundo Avap. gv acgv 1973.07.14).

³⁴ Dados obtidos pelos autores junto à sala de consulta do Cpdoc.

Uma das características do centro encontra-se na solidez de seu perfil de acervo desde o momento de sua idealização. Com o objetivo da promoção de pesquisas no âmbito das ciências políticas e iniciada com o arquivo de Getúlio Vargas, a estratégia de reconstrução, por meio dos arquivos, das redes de relacionamento político entre os titulares pareceu promissora. Iniciadas pela busca de personagens próximos ao ex-presidente, como Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, Arthur de Souza Costa, Benjamim Vargas, entre outros, as redes de relacionamentos vão se consolidando e passam a indicar novos caminhos para a ampliação do acervo, de modo que os arquivos pessoais, ao fim, se conectem entre si em um grande mapa político.

Com vistas a atender às suas necessidades de pesquisa, sem buscar restringir o acesso aos documentos a pesquisadores externos, a trajetória de constituição do acervo de arquivos pessoais do Cpdoc segue, de modo muito próximo, o desenvolvimento das pesquisas realizadas pela própria instituição.

Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast)

Das três instituições analisadas aqui, o Mast é aquela que apresenta uma relação mais próxima com a proposta memorial dos centros de documentação. Enquanto IEB e Cpdoc são criados fundamentalmente para prover elementos que alimentem o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o Mast surge com a função de, além de congregar fontes de informação e desenvolver pesquisa histórica, ser um espaço de memória para as ciências exatas e da terra no Brasil e de divulgação científica.

Sua origem remonta ao grupo Memória da Astronomia que, em 1982, abriu à visitação pública o conjunto de cúpulas de observação do céu do *campus* do Observatório Nacional, visando divulgar a ciência e sensibilizar os visitantes para a importância da preservação do patrimônio da cultura científica. (Andrade; Cazelli, 2015, s.p.)

A proposta se materializa em 1985, quando é oficialmente criado o Mast. Em sua qualidade de museu, o arquivo de cientistas é apenas uma das diversas ações realizadas pelo órgão, mas com espaço de destaque e já previsto inicialmente. Desenvolvida pelo grupo Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins (Pmac), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a proposta previa que ao Mast caberia

preservar e divulgar o acervo de instrumentos, documentos e iconografia pertencentes à história da cultura científica brasileira. Incluem-se neste objetivo o recolhimento e tratamento de arquivos pessoais de cientistas e administradores da política científica governamental e o registro de seus depoimentos orais. Serão mantidos, igualmente, arquivos relativos a eventos contemporâneos [...]. (Cazelli, 1992, p. 75)

Como previsto, a atuação do Mast na preservação de arquivos pessoais tem início já nas primeiras atividades do museu. Seu acervo inicial foi constituído a partir de espólio oriundo do Observatório Nacional, incluída aí a documentação acumulada pelo órgão de pesquisa, o que abarcava o arquivo pessoal de seu ex-diretor, o astrônomo e matemático Lélío Gama, doado em 1982 por seus herdeiros. Assim, o Mast já inicia suas atividades com um arquivo pessoal.

Ao longo do tempo, o Mast passa a acumular arquivos pessoais de pesquisadores das ciências exatas, ciências da terra, geociências e engenharias. O acervo de arquivos pessoais reunido mostra uma atuação muito próxima da reconstituição da história de outros importantes centros de pesquisa nessas áreas. Há, por exemplo, arquivos de muitos cientistas vinculados ao Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT), e aos institutos de Química e Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além, evidentemente, ao Observatório Nacional (ON).

Essa configuração do acervo do Mast se aproxima da estratégia elaborada pelo Cpdoc, que buscava constituir redes de relacionamento entre os titulares dos arquivos. Assim, os arquivos pessoais custodiados pelo museu, em muitos casos, dialogam e se inter-relacionam, tanto do ponto de vista profissional, como de relações de amizade, e até mesmo de relações familiares, como pode ser verificado pela análise dos processos de doação presentes no arquivo administrativo.³⁵

Dotado da responsabilidade de ser também um centro de pesquisa em história das ciências, o Mast reúne pesquisadores responsáveis por investigações nessa área. Os trabalhos desses pesquisadores repercutem na busca pelos arquivos pessoais para integrar o acervo arquivístico do museu. É válido destacar que o setor de arquivo do Mast foi uma das primeiras instituições a pensar a implantação de uma política de acervos,

³⁵ Foram analisados os processos de incorporação de 16 dos 19 arquivos pessoais recebidos pelo Mast, desde sua fundação até 1999.

com sua publicação em 2011, embora o assunto seja presente na instituição desde a década de 1990.³⁶

Conclusões

As atividades coordenadas por esses centros de documentação, pesquisa e memória se mostram relevantes para compreender o percurso de valorização dos arquivos pessoais no cenário arquivístico brasileiro. Essas instituições, criadas com os objetivos principais de desenvolvimento de pesquisas científicas fundamentadas em fontes históricas primárias e o acúmulo de arquivos pessoais para oferta ao acesso público, contribuíram de modo considerável para a consolidação da preservação de arquivos pessoais no país.

Como bem apontado por Bellotto, observando o cenário arquivístico nacional na década de 1980, os arquivos privados, incluídos aí os pessoais, apresentavam uma “questão de causa” e necessitavam de conscientização, integração e institucionalização. A causa dos arquivos pessoais foi acolhida por centros de documentação, pesquisa e memória, ao assumirem a responsabilidade de explorá-los como fontes para o desenvolvimento de pesquisas historiográficas em diversas áreas. Essas instituições foram também responsáveis por promover a institucionalização dos arquivos pessoais.

Esse processo, sem dúvida, impactou a situação dos arquivos pessoais no Brasil, de modo que viabilizou, ao mesmo tempo, sua preservação e legitimação da sua relevância para a pesquisa científica. Nesse contexto, a questão da legitimidade assume um papel importante.

A institucionalização de arquivos pessoais, mais do que promover a preservação e o acesso aos arquivos custodiados, legitima sua importância coletiva, quer para a pesquisa, quer para a memória. Instituições são

³⁶ Em um relatório de acompanhamento, com data de 3 de março de 1995, a chefe do Departamento de Informação e Documentação, Thereza Maria da Silva Araújo, enfatiza: “Os acervos de Olympio da Fonseca e Pedro Nava foram adquiridos através de compra – proc. 550/87. Na época em que existiu a Comissão de Documentação, em uma de suas reuniões, foi feita a avaliação dos acervos arquivísticos e bibliográficos sob a guarda do Mast/DID, tendo estabelecido que o acervo de Olympio da Fonseca seria doado à Casa de Oswaldo Cruz (COC), onde estaria melhor enquadrado (área médica). O acervo Pedro Nava também seria doado. A comissão estabeleceu que ‘as áreas de atuação a serem contempladas como recurso metodológico, neste processo de aquisição de acervos arquivísticos, são as ciências exatas e da Terra, dando destaque para as áreas de matemática, astronomia, física, química e geociências. Serão também contempladas as engenharias no sentido amplo, uma vez que agregam, por exemplo, aspectos da questão tecnológica relacionados com as ciências exatas e da Terra. [...]’” (Mast. Fundo Mast. Processo de aquisição do arquivo Olympio da Fonseca, s.p.).

dotadas da autoridade social, portanto, entendidas como agentes de saber e de poder. Por meio de seus agentes – pesquisadores e pesquisadoras envolvidos na identificação de novos arquivos a incorporar – essas instituições validam, autorizam e legitimam (ou seja, institucionalizam) arquivos de determinadas pessoas, selecionadas por meio de critérios variados ou que busquem atender necessidades pontuais e específicas de suas pesquisas.

Essas instituições e as pesquisas realizadas por seus agentes, portanto, atuam como entidades de legitimação no processo de seleção de arquivos pessoais, de modo que seus critérios – difusos antes da implantação de políticas de acervo – agem no sentido de uma definição coletiva daqueles arquivos que serão considerados relevantes. Das necessidades apontadas por Bellotto, os centros de documentação, pesquisa e memória agiram fortemente no sentido da conscientização e da institucionalização, mas é válido questionar e avaliar de que modo suas atuações foram efetivas quando se trata da integração que envolve instituições, arquivos e o cenário histórico-social.

Fontes

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc). Fundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Fundo IEB

Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Fundo Mast

Referências

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CAZELLI, Sibeles. Mast: origens e atividades. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 5, jun. 2015. Disponível em: http://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=830. Acesso em: 30 abr. 2020.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem*

e significados. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAZELLI, Sibeles. *Alfabetização científica e os museus interativos de ciência*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

COMITÊ Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco. *Registros nacionais*. Rio de Janeiro: MoWBrasil, 2020. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CONSELHO Nacional de Arquivos (Conarq). *Arquivos privados declarados de interesse público e social pela Presidência da República*. Rio de Janeiro: Conarq, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados>. Acesso em: 8 out. 2020.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de

- História Contemporânea do Brasil (Cpdoc). *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do Cpdoc*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o Cedec faz 30 anos. *Projeto História*, São Paulo, n. 40, p. 423-445, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- FRAIZ, Priscila. Cpdoc: 25 anos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 3-9, jul. 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998.
- GONÇALVES, M. S. Políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: o caso do Cpdoc. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos) – Universidade Federal Fluminense; Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2007.
- HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2012.
- INSTITUTO de Estudos Brasileiros (IEB). *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, n. 40, p. 9-16, 1. sem. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas e os embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 131-163.
- _____. A guardiã da verdade. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2010. p. 125-158.
- PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes, renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, jul. 1998.

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020